



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 3, número 7, abril de 2021.



UFPEL



EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 3, n.7, abril de 2021. ISSN 2596-285X

Imagen de capa

Fotografia da Agencia EFE (Espanha), datada de 1983. A imagem mostra a desmontagem e retirada de uma estátua de Franco localizada na Praça da Prefeitura de Valência (Espanha). Imagem disponível em: https://elpais.com/politica/2011/10/16/actualidad/1318722644_574600.html.

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrienal do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallennmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Tatyana de Amaral Maia | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Laura Feijó de Souza | PROBIC-FAPERGS | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

- 4 Apresentação**
- 5 NUPPOME Entrevista**
Entrevista com Maria Celina D'Araujo
- 10 Considerações sobre memória,
verdade e justiça**
*O integralismo e as crises da democracia:
alguns apontamentos à luz da história recente,
por Odilon Caldeira Neto*
- 16 Novidades sobre memória,
verdade e justiça**
- 19 Resenha de “Espectros da ditadura”**
por Fernando Perlatto
- 22 Fontes de pesquisa**
- 23 Memória, verdade e justiça
em imagens**

APRESENTAÇÃO

Este é o sétimo número da *Cadernos do NUPPOME*, uma publicação que chega ao seu terceiro ano de existência. Como nas edições anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas sobre o tema das políticas de memória, assim como publicamos uma nova entrevista e um pequeno texto que busca contribuir para a reflexão sobre o impacto do autoritarismo no passado e no presente. Uma novidade desta edição é a publicação de uma resenha, que marca a estreia de uma nova seção da nossa revista.

A entrevistada deste número é a professora Maria Celina D'Araujo, uma referência nos estudos sobre ditadura militar no Brasil que dispensa maiores apresentações. O texto, sobre o integralismo no passado e no presente, foi escrito por Odilon Caldeira Neto, historiador e especialista no tema. A resenha, sobre a obra “Espectros da ditadura”, foi escrita pelo também historiador Fernando Perlatto. Fica registrado, aqui, o meu agradecimento aos três, por terem contribuído com a revista, e, especialmente, à Laura Feijó de Souza, bolsista do Núcleo que ajudou no trabalho de revisão deste número.

4

Feita esta apresentação, o Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME registra o seu repúdio tanto à decisão judicial que autorizou a celebração do aniversário do Golpe de 1964 no país, como às reiteradas manifestações de apologia à ditadura que parecem ter se tornado algo cotidiano.

No que se refere à pandemia, reitera-se (ainda) o óbvio e, muito, necessário: Se possível, continuem em casa. Cuidem-se. Salvem vidas. Esperem a vacina.

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

NUPPOME

ENTREVISTA



Maria Celina D'Araujo

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ e pesquisadora do CNPq, é autora de diversos estudos sobre a ditadura brasileira.

5

Cadernos do NUPPOME – Professora, você possui uma longa trajetória acadêmica na área da Ciência Política (em diálogo com a História, certamente) e realizou pesquisas sobre a Era Vargas, regimes autoritários, democracia e Forças Armadas e Justiça Militar, entre outros temas. Como e quando surgiu o seu interesse por temas vinculados diretamente ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)?¹

Maria Celina D'Araujo – Comecei minha carreira acadêmica analisando a Era Vargas. Tive o privilégio de trabalhar no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, FGV, em seus anos de ouro nos anos 1970 a 1990. Ali estavam reunidos vários arquivos privados de homens públicos que tiveram carreira expressiva no país depois de 1930, entre eles o de Getúlio Vargas que ajudei a organizar. A leitura desses documentos tratando do cotidiano da política foi uma experiência indelével. Na minha tese de mestrado decidi estudar o segundo governo Vargas publicada em livro, em 1982, com o título *O segundo governo Vargas, democracia, partidos e crise política*². Para tanto, explorei ao máximo a documentação que conhecia e realizei entrevistas com pessoas que haviam participado de políticas públicas e da vida partidária nesse período governamental (1951-1954). Por óbvio que o antigo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, partido de Getúlio, era

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo, em março de 2021. Para a publicação, a entrevista foi revisada com o auxílio da estudante Laura Feijó de Souza, bolsista do NUPPOME.

² Todos os livros publicados e/ou coorganizados pela autora e mencionados na entrevista encontram-se disponibilizados (Online) no site do CPDOC ou da FGV.

ator central nesse cenário e não havia ainda merecido estudo sistemático. Esse foi o tema de minha tese de doutorado também publicada em livro intitulado *A ilusão trabalhista, o PTB de 1945 a 1965*. O PTB era o partido no poder quando do golpe militar de 1964 e não havia como refletir sobre seu fechamento arbitrário sem entender os liames que levaram ao golpe.

A carreira acadêmica, em geral se faz assim, como o fio de uma meada, que vai aumentando com o tempo em razão de experiências vividas, de desejos e de novos desafios intelectuais.

Cadernos do NUPPOME – Na primeira metade da década de 1990, juntamente com Gláucio Soares e Celso Castro, organizou e publicou diversas obras sobre a ditadura brasileira a partir de entrevistas realizadas com antigos dirigentes do regime militar. Como surgiu a ideia deste projeto? Quais os desafios enfrentados, naquele momento, para abordar o tema e realizar as entrevistas? Afinal, quando ocorreram as publicações fazia menos de dez anos desde o fim da ditadura.

Maria Celina D'Araujo – Neste momento, como acabei de dizer, eu já tinha o impulso acionado para o tema militar. A oportunidade de um projeto de larga envergadura nesse campo, em suas origens, veio pelas mãos do professor Gláucio Ary Dillon Soares que nessa época ainda ensinava e morava na Flórida. Seu interesse era realizar estudos sobre a ditadura, mas o desenho do projeto foi sendo construído a posteriori. A presença do professor no Brasil era dificultada pelos compromissos no exterior e coube à direção do CPDOC, com coragem, abraçar a ideia. Para tanto organizamos inicialmente um projeto consistente de história oral e para tanto convidei Celso Castro para ser meu assistente. Não sabíamos como o projeto seria recebido pelos possíveis entrevistados e, para ser sincera, ainda sentia medo de me encontrar com algumas das figuras com quem precisaríamos conversar.

Nosso objetivo era atingir os militares que ocuparam posições chave durante a ditadura militar. De fato, fomos entrevistar basicamente pessoas que, em sua maioria, eram coronéis em 1964, no momento do golpe. Obtivemos financiamento da FINEP, fomos ganhando a confiança de nossos entrevistados que passaram a nos ajudar a encontrar outras pessoas. A redemocratização era recente, todos os temas eram sensíveis – e continuam sendo. Estudamos muito, analisamos biografias, montamos roteiros, dissecamos a história política do período. Mostramos seriedade e competência. Produzimos confiança na relação com os entrevistados. Tínhamos ciência que não fazíamos história, mas que estávamos construindo uma fonte de pesquisa, fonte essa que nenhum país vizinho conseguiu fazer com os homens fortes de suas ditaduras militares. Tínhamos a certeza de que esse era um trabalho necessário.

Cadernos do NUPPOME – Com o passar dos anos, seus interesses de pesquisa foram migrando para o estudo das relações entre democracia e Forças Armadas. Sobre o tema, foi organizada a coletânea "Democracia e Forças Armadas no Cone Sul", publicada em 2000. O caso brasileiro é um ponto fora da curva comparado aos demais países da região?

Maria Celina D'Araujo – Era impossível falar de ditadura e transição no Brasil sem pensar nos países que passaram por experiências similares de ditadura, cada uma com suas particularidades. Da mesma forma, era necessário pensar nos diferentes tipos de transição. Foi ficando claro que a perspectiva comparativa era mais do que necessária. Já havia vários estudos nessa direção, feitos praticamente em tempo real, por especialistas estrangeiros, como o

clássico projeto *Transitions from authoritarian rule*, que produziu uma série de quatro volumes organizados por G. A. O'Donnell, P. C. Schmitter, e L. Whitehead, publicados em 1986.

Os estudos no Brasil começavam nessa direção e nós avançamos nesse tópico. A preocupação era entender, de forma comparativa, como as Forças Armadas se adaptavam, ou não, ao fato de deixarem de ser governo depois de décadas de doutrinação intransigente contra a oposição.

Houve vários tipos de transição e, com exceção da Argentina, em todas elas, os militares tiveram sucesso em alcançar recursos institucionais que no curto e médio prazo, os isentavam de prestar contas à sociedade de seus atos de poder secretos e violentos. A questão mais delicada era, como não poderia deixar de ser, a dos mortos e desaparecidos políticos.

Passadas três décadas esse quadro mudou e o Brasil continua um ponto fora da curva. Continua sendo o único país da região em que, por razões constitucionais, não se responsabilizou qualquer governante por abusos contra os direitos humanos durante a ditadura. Isso ocorreu em países em que as democracias foram mais bem sucedidas, como o Chile, mas também em países mais turbulentos do ponto de vista político como Bolívia e Paraguai.

No processo Constituinte de 1987/88 os legisladores optaram por colocar a Lei de Anistia de 1979 dentro da Constituição. Houve várias tentativas, assim mesmo, de tentar responsabilizar torturadores, mas todas foram frustradas com argumentos legais. Finalmente, em 2010, o STF declarou que a Lei de Anistia era constitucional e encerrava as polêmicas nesse sentido. Colocava-se uma pá de cal em cima de um assunto tão dramático e impunha-se a impunidade com a chancela da mais alta Corte de Justiça do país.

Creio que há uma questão hermenêutica inatingível para a corporação militar no Brasil. Entende-se a história como um jogo com dois lados, o correto e o errado. Não se percebe que a história às vezes é simplesmente tragédia em que não há apenas heróis e bandidos, vencidos e vencedores, e que quem venceu necessariamente não tinha a “verdade histórica” a seu lado. A corporação repete *ad infinitum*: “fizemos a coisa certa, cumprimos nosso dever ao derrotar o comunismo”, mesmo sem questionar o tamanho e a veracidade desse “inimigo”. Eram tempos de guerra fria que facilitavam os raciocínios rasteiros e radicais.

As Forças Armadas não são capazes de ver a história como drama nem de entender que, apesar das motivações, todos devem responder por seus atos. E não estão juntos nessa maneira de pensar: com a ajuda dos parlamentares e do STF a responsabilização individual por crimes cometidos durante a ditadura tornou-se impossível. Nosso pacto constitucional tornou uma anistia injusta em uma regra constitucional de impunidade. Ou seja, o pacto de sangue para não rever o passado e punir quem desrespeitou os direitos humanos, continua sendo uma construção social e não apenas um projeto militar.

Cadernos do NUPPOME – A preservação da Justiça Militar pode ser considerada um legado autoritário no contexto brasileiro? Qual o impacto disso em termos de qualidade democrática?

Maria Celina D'Araujo – A existência da Justiça Militar é um dos principais indícios do quanto o país é retrógrado em sua democracia. Justiça Militar permanente em tempo de paz é inexistente no mundo democrático e mesmo na América Latina tornou-se uma exceção. Apenas Cuba, Venezuela e Brasil possuem esse instituto de forma tão rigorosa e poderosa a ponto de processar civis em tempos de paz. Do lado financeiro os custos dessa Justiça são injustificáveis para o contribuinte. Claro que deve haver direito militar, mas isso não significa ter que existir

uma justiça ou um tribunal especializado para tanto. Litígios desse teor podem ser resolvidos, como em todos os países com democracias estáveis, em varas criminais da Justiça comum. As prerrogativas militares neste caso são tão escorchantes a ponto de o Superior Tribunal Militar ter mais ministros do que o STF: 15 para 11. Houve uma reforma do Judiciário em 2004, e por decisão do Congresso, o braço militar da Justiça permaneceu tal como formatado pela ditadura. Repito aqui o que disse: essas prerrogativas são parte de um pacto social.

Cadernos do NUPPOME – Em 2021, completam-se 10 anos da edição da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira. Como avalia a atuação da CNV? A sua instalação pode ser entendida como um ponto de ruptura para com as políticas de memória no país no que toca à ação das Forças Armadas durante a ditadura?

Maria Celina D'Araujo – A CNV foi de fato uma Comissão em busca da Memória. A chamada Justiça de transição supõe algumas etapas importantes, entre elas a reparação, a memória e a responsabilização individual. Em 1995 foi criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos vinculada ao Ministério da Justiça. Esta Comissão ficou incumbida de pesquisar e elencar as pessoas desaparecidas, em decorrência de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas classificadas de ilegais pela ditadura. A Lei abrangia o período de 1961 a 1979, o mesmo período coberto pela Lei de Anistia de agosto de 1979.

A Comissão não apurou a responsabilidade pessoal pelas mortes que foram atribuídas ao Estado brasileiro - e assim continuou até hoje. Anos depois, a Comissão de Anistia foi encarregada de analisar pedidos de indenização formulados por pessoas impedidas de exercer atividades econômicas e profissionais por motivação exclusivamente política no período compreendido entre setembro de 1946 e outubro de 1988, ano da Constituição.

Com essas duas iniciativas o Estado praticava a reparação financeira e material. A CNV foi criada para alcançar a meta da memória. Trazia, por direito, uma limitação explicitada pela presidente Dilma Rousseff quando de sua instalação: teria, obviamente, que respeitar os pactos constitucionais. Ou seja, haveria a busca pela memória, mas a responsabilização individual não poderia acontecer.

A CNV praticava o direito à memória e neste sentido fez um trabalho espetacular, embora prejudicado pelas lacunas decorrentes do tempo decorrido, pelos arquivos destruídos pelos militares e por disputas políticas internas à Comissão. Mesmo com essa limitação, os protestos militares foram expressivos tendo como porta-voz os dirigentes do Clube Militar. A corporação não aceitava, e não aceita até hoje, rever o assunto, mantendo uma pedestre e rasteira visão da história: a de que a sociedade pode apagar uma página de seu passado. Quiseram para si o papel de deuses do esquecimento, brincaram com mitos. Na mitologia grega Lete é a deusa do esquecimento e tem como figura oposta Aleteia, que significa verdade. Esqueceram que nessa mitologia Aleteia brilha.

Parte significativa da sociedade que se interessa pelo assunto quer a verdade, mas as instituições políticas e do Judiciário preferiram ficar com a deusa Lete. Repito que não estamos falando apenas de um problema militar. É mais que isso, é um problema cultural, social e político. É a expressão de que a sociedade, por meio de suas instituições, ainda prefere não contrariar seu braço armado amparado na deusa Lete.

Cadernos do NUPPOME – Considerando o contexto posterior às eleições de 2018, marcado pelo avanço de discursos e manifestações negacionistas e pela forte presença militar no poder o que se pode esperar para as políticas de memória no país?

Maria Celina D'Araujo – A depender do quadro atual as políticas de memória no Brasil tenderão a piorar. De outro lado, os arquivos internacionais estão cada dia mais disponíveis online e podemos avançar em alguns aspectos. A crise sanitária, por sua vez, está produzindo reações imprevistas, como o acionamento de uma política federativa inédita com distribuição de poderes entre os três níveis federativos – União, estados e municípios. Mais do que isso, está mostrando que a capacidade militar de lidar com agilidade e presteza frente a problemas imprevistos é precária ou inexistente. O ministro militar que ocupa a Pasta da Saúde neste momento em que falo, general Pazuello, pode ter capacidade de mandar fazer memorandos e providenciar carimbos em pilhas de papel e envelopes, mas não tem demonstrado capacitação para o cargo. A crise sanitária, decorrência do negacionismo do presidente e de seu desprezo pela vida, expôs ao mundo um país que ameaça a humanidade. Isso destoa de nossa imagem internacional de país musical, gentil, amante dos esportes e da diplomacia, alegre apesar de seu sofrimento com a pobreza e a violência.

Enquanto o ministro general burocrata obedece às ordens mancas do capitão presidente, os cartórios preenchem e carimbam certidões de óbito.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O INTEGRALISMO E AS CRISES DA DEMOCRACIA: ALGUNS APONTAMENTOS À LUZ DA HISTÓRIA RECENTE

Odilon Caldeira Neto

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Doutor em História pela UFRGS, desenvolve pesquisas sobre neofascismos e extremas direitas no Brasil e no mundo, tendo publicado diversos estudos sobre o tema.



10

Ao longo da história do Brasil republicano, a participação dos integralistas em eventos-chave do campo político esteve ligada, em grande medida, às rupturas antidemocráticas ou em processos de agitação política. Em formas distintas (e em momentos também distintos do próprio movimento integralista) é possível citar três grandes eventos, a saber: o golpe do Estado Novo, a construção do golpe civil-militar de 1964 e as agitações das direitas (ou das novas direitas³) no declínio ou fim da chamada

³ A discussão sobre a definição do termo é ampla e cobre diversas possibilidades, partindo dos arranjos das direitas após a transição democrática (cf. PIERUCCI, 1987, p. 26-45) ou mesmo as novas redes de sociabilidade e das relações com os *think tanks* liberais (cf. ROCHA, 2018). Sendo assim, não é o objetivo, aqui, propor uma delimitação circunstanciada da definição, da amplitude e do uso do termo “novas direitas”.

Nova República. O objetivo deste texto é trazer algumas reflexões sobre o processo mais recente.

Em 1937, os integralistas não foram coadjuvantes de menor grandeza. É possível mensurar a participação dos integralistas na conjuração golpista em dois aspectos principais. O primeiro deles foi a articulação política, quando os camisas-verdes da Ação Integralista Brasileira (AIB) manifestaram apoio ao golpe do Estado Novo, fosse em aspecto “formal” (da alta hierarquia da AIB, que vislumbrava participação na ossatura do regime) ou como expressão apoteótica dos camisas e blusas-verdes na marcha realizada em novembro de 1937.

Além dessa participação “formal”, os integralistas estiveram ligados na construção da mitologia conspiracionista do Plano Cohen, cuja redação e disseminação foi atribuída ao então Capitão (e integralista) Olímpio Mourão Filho. O Plano Cohen forneceu uma plataforma de grande importância para a contribuição dos integralistas no imaginário anticomunista brasileiro, principalmente em torno dos elementos conspiratórios e de suas características antisemitas (cf. WIAZOVSKI, 2008). Aliás, antisemitismo muito em voga nas alas mais radicais dos camisas verdes, especialmente nas milícias integralistas, das quais Olímpio Mourão era uma das lideranças.

O quadro de 1937 ilustra o grau de penetração política (e cultural) do integralismo, assim como a sua capacidade de interlocução. Se o golpe do Estado Novo não possibilitou a articulação de um Estado Integral, é pouco viável analisar aquela conjuntura sem observar a presença dos camisas-verdes.

Já o contexto de 1964 é marcado por muitas diferenças. A tensão (e a colaboração) entre fascismo, autoritarismo, modernização e conservadorismo não se colocava no centro da ordem política tal qual havia ocorrido no entre guerras. Fosse por uma questão contextual da Guerra Fria, mas também pelas estratégias de afastamento dos integralistas aos referenciais do fascismo histórico. Em uma época pós-fascista, os antigos camisas-verdes tiveram que se adaptar às condições de uma democracia liberal, mediados e organizados pelo Partido de Representação Popular (cf. CALIL, 2010).

Mas isso não significou a perda dos elementos de sua (dos integralistas) cultura política. Foi a partir da condição antidemocrática – como ponto de referência à condição da extrema direita – e do imaginário anticomunista que os integralistas apoiaram o golpe de 1964 e a instauração de um regime de exceção. Mas, nesse contexto, os integralistas

eram coadjuvantes minoritários, se comparados a outras organizações políticas e de grupos de pressão.

O declínio da Nova República marca uma nova etapa. Tanto no que diz respeito às forças em disputa, mas também, em modo ainda mais periférico, sobre a articulação integralista em movimentos e momentos antidemocráticos. Olhemos inicialmente para o contexto integralista, e posteriormente à conjuntura desta história recente.

Os integralistas tiveram a sua mais significativa perda em 1975, com o falecimento de Plínio Salgado. Até aquele ano, o antigo líder dos camisas-verdes era o *eterno* líder dos integralistas. Com o seu falecimento, os integralistas tiveram o encontro (tardio, em comparação) com a problemática da ausência da liderança, questão que foi comum a tantas organizações ou movimentos políticos ligados ao fascismo histórico.

O surgimento daquilo que caracterizo como neointegralismo (CALDEIRA NETO, 2021) é definido primordialmente pela sensação de perda e de vazio. A perda do referencial da liderança é exponencialmente sentida para a realidade de um movimento que se definiu em torno das características fundamentais do fascismo histórico. Sem o culto à liderança, qual a função de uma organização fascista ou neofascista?

Já o *vazio* neointegralista é a marca da disputa no movimento. O vazio de poder traz uma novidade, pois desperta tanto a possibilidade de articulação de novas lideranças, mas também no sentido da leitura desses integralistas (ou neointegralistas) em relação à uma semântica das temporalidades neointegralista. Isto é, a leitura sobre o passado integralista possibilitava um presente neointegralista diversificado, assim como estratégias variadas para um porvir alternativo.

Como o surgimento do neointegralismo acaba por se integrar ao processo da transição democrática, essas disputas e entendimentos diversificados dão tônica ao quadro neointegralista atual, inclusive na crise da Nova República. A partir desse quadro, é possível propor uma aproximação à conjuntura e ao papel do neointegralismo.

A crise global que incorpora o surgimento de novas facetas e expressões da extrema direita global se encontrou, no Brasil, com dois eventos-chave e potencialmente traumáticos: a queda de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Nesses momentos, os paralelismos, alguns deles pouco apurados, buscam a síntese da complexidade atual no olhar refletido a outras conjunturas e em outros momentos históricos.

Assim, buscam na crise recente uma mera espécie de revivalismo de outros dois fenômenos que não são o mesmo, a despeito de algumas semelhanças: o golpe civil-militar de 1964 e as referências de uma cultura política fascista, com referência mais ou menos explícita ao integralismo brasileiro.

Por essas razões, proponho a necessidade de um olhar efetivamente pautado na experiência histórica dos grupos e organizações de inspiração fascista na história brasileira, justamente para enquadrar as dissonâncias e encontrar as originalidades do quadro mais recente. Mas qual o espaço dos neointegralistas no quadro atual?

Ao longo da experiência da Nova República, os neointegralistas ocuparam um espaço que é, globalmente, mais ou menos cativo às diversas organizações neofascistas em contextos democráticos: a quase absoluta marginalidade no campo político. Isto ocorreu por diversos fatores, que ultrapassam apenas a condição de um mundo pós-fascista, que foi característica fundamental das primeiras décadas do pós-guerra e da Guerra Fria.

No contexto mais recente, os grupelhos neofascistas necessitam ainda mais da busca por articulação com outros nichos das direitas radicais e das direitas de uma maneira mais ampla. E isto é dificultado pela quase absoluta hegemonia de um pensamento liberal (ou neoliberal) que impõe, inclusive nos nichos da extrema direita, uma crescente recusa à algumas das características centrais dos fascismos. O apelo à construção de um Estado forte, inclusive com alguma preocupação social ou de regulação das relações de trabalho são alguns aspectos do fascismo histórico, reivindicados por vários grupos neofascistas, mas que encontram forte resistência em outras expressões das direitas e das direitas radicais.

Nos contextos das crises mais recentes, a despeito da existência da relação entre uma crise global dos mercados, a demanda de diversos movimentos de ruptura antidemocrática passa justamente pelo sentido da antipolítica e da negação da presença do Estado. Os novos radicalismos de direita transitam entre essas tensões e, sobretudo, possibilidades políticas.

Por um lado, se o quadro político é plenamente refratário às dinâmicas mais institucionais do integralismo (ou neointegralismo), esses movimentos de agitação e crises da democracia trazem possibilidade para a efervescência de um caldo cultural e político que transcende a efemeridade do momento atual, daí alguma presença

neointegralista. Por essas razões, muitas das bandeiras e reivindicações das chamadas novas direitas fomentam um sentido passado-presente com menção não apenas ao golpe de 1964, mas também ao golpe de 1937. O lema “Deus, Pátria e Família”, cotidianamente apropriado por grupos e figuras do bolsonarismo, me parece um indício desse movimento.

É a partir destes espaços que os neointegralistas conseguem manejar e direcionar os seus esforços, ocupando uma vaga que havia sido perdida no contexto da transição democrática e do neointegralismo nascedouro (e em frangalhos). Mas isto quer dizer que a presença de neointegralistas significa a retomada das conjunturas e articulações outrora existentes? O meu argumento é que *não*, embora exista um espaço a ser disputado por esses grupos.

No processo de crise da Nova República, da fundação do bolsonarismo e das crises sucessivas engendradas pelo próprio governo de Jair Bolsonaro, ocorre um sucessivo processo de radicalização das bases de apoio, assim como o crescimento de tentações anunciadamente antidemocráticas. Nesses momentos, o discurso neofascista (e o neointegralismo, em particular) pode fazer o trânsito entre o imaginário político e a prática política.

Mas, para além de qualquer indício de uma colaboração mais intensa entre neointegralismo e a mais recente crise democrática brasileira, o que proponho como ponto de partida da análise é o entendimento de *quando*, *como* e a partir de *quais* aspectos o neointegralismo (e o discurso fascista, em geral) encontra espaço e possibilidade de interlocução. Logo, a crise da Nova República não é uma crise neofascista, mas uma crise que fomenta a atividade e interlocução de grupelhos neofascistas.

Assim, antes de sistematizar qualquer assimilação entre o quadro atual e o renascimento do fascismo, o que sugiro é olhar o quadro atual à luz dos espaços surgidos nesses eventos de radicalização, como as chamadas às rupturas antidemocráticas e outras figuras de linguagem e ação política, como o termo “ucranização”. Uma hipótese é que é justamente nesses espaços (ou processos de intensificação da crise da democracia brasileira) que residem as possibilidades e perigos da articulação do neofascismo no quadro da crise política recente. E isto deve servir como um alerta.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, n.226, 2021. Publicação disponível em: <http://journals.openedition.org/orda/5853>

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2010.

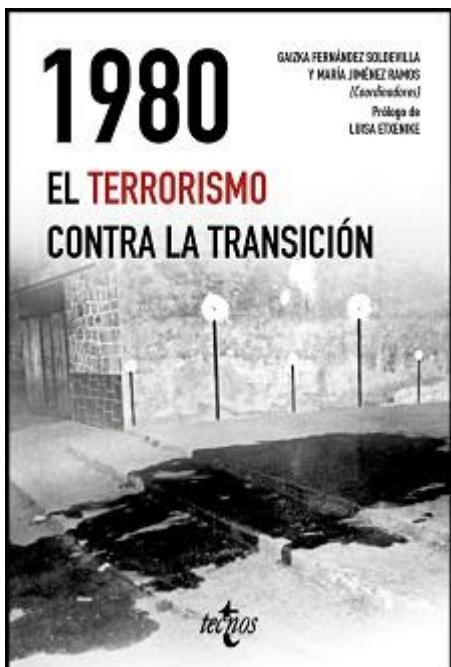
PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos (CEBRAP)*, n.19, 1987, p. 26-45.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



1980: el terrorismo contra la transición

Gaizka Fernández Soldevilla e María Jiménez Ramos (Orgs.)

Madri: Tecnos, 2020.

Coletânea que reúne a contribuição de especialistas que debatem o impacto que o terrorismo desempenhou no processo de transição à democracia na Espanha. As análises, realizadas por pesquisadores de diferentes Universidades, evidenciam como um processo político tipo como “exemplar” foi marcado pela violência empenhada por setores extremistas.

16

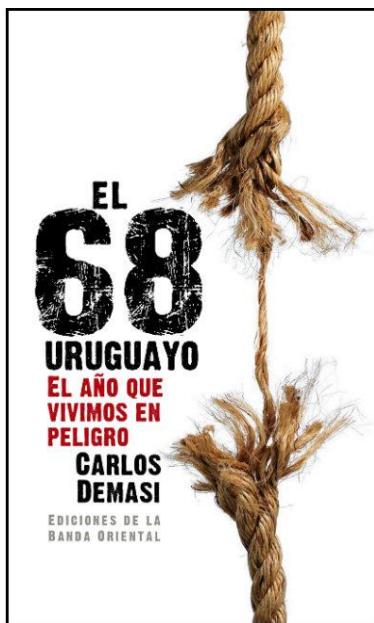


Il potere di non punire. Uno studio sull'amnistia Togliatti

Paolo Caroli

Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2020.

Versão revisada da tese de Doutorado em Direito Penal defendida pelo autor na Università di Trento, na Itália, a obra aborda a forma como o Poder Judiciário italiano lidou com os crimes cometidos durante o regime fascista, debatendo o impacto que a lei de anistia teve no enfrentamento do tema.

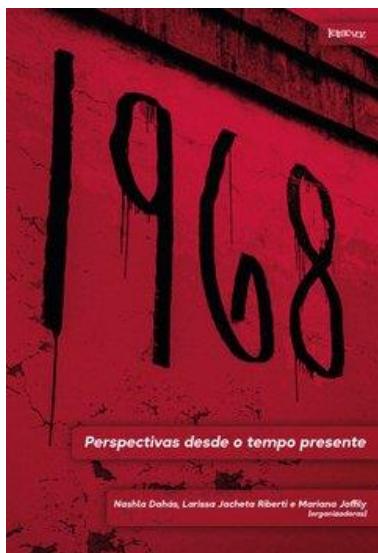


El 68 uruguayo. El año que vivimos en peligro

Carlos Demasi

Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2020.

Obra que aborda o período que antecedeu o Golpe de Estado e a ditadura civil-militar no Uruguai, com foco nas medidas (repressivas) implementadas ainda durante o governo do presidente Pacheco Areco (1967-1972).



1968: perspectivas desde o tempo presente

Nashla Dahás, Larissa Jacheta Riberti e Mariana Joffily (Org.)

São Paulo: Letra & Voz, 2020.

Coletânea que reúne diferentes reflexões sobre o impacto de 1968 no Brasil, com análises sobre repressão política, gênero, imprensa, cultura e arte. A obra possui 10 capítulos escritos por historiadoras/es de diferentes regiões do país.

17

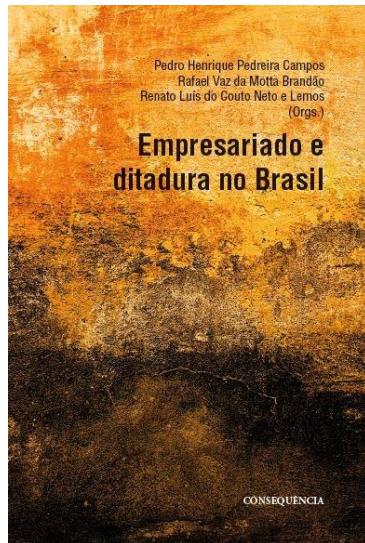


Literatura e ditadura

Rejane P. de Oliveira e Paulo C. Thomaz (Org.)

Porto Alegre: Zouk, 2020.

A coletânea reúne estudos que observam as diferentes formas como o tema da ditadura tem sido apropriado e, ao mesmo tempo, tem impactado, no campo da literatura. Para tanto, conta com a contribuição de pesquisadoras/es e escritoras/es refletindo sobre passado e presente.



Empresariado e ditadura no Brasil

Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão e Renato Luis do Couto Neto e Lemos (Orgs.)

Empresariado e ditadura no Brasil

Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

Coorganizada por especialistas no tema, a coletânea reúne estudos que analisam as relações (de cooperação) estabelecidas por setores do empresariado brasileiro com a ditadura, chamando a atenção para um tema ainda pouco explorado no país.



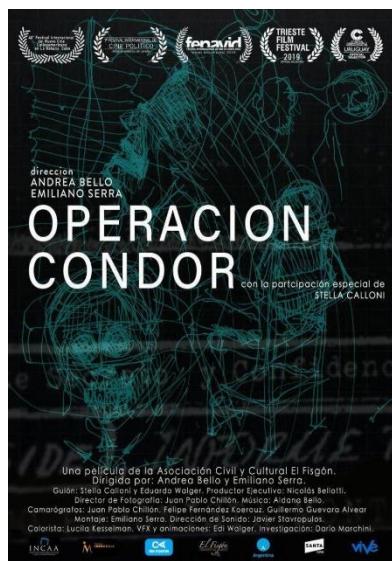
Política como produto: "Pra frente, Brasil", Roberto Farias e a ditadura militar

Wallace Andrioli Guedes

Curitiba: Appris, 2020.

No livro, o autor analisa as relações entre produção cinematográfica e ditadura, com foco no documentário "Pra frente, Brasil" (1982) e na trajetória de Roberto Farias, diretor. O livro trata-se de uma versão revisada da tese defendida pelo autor na Universidade Federal Fluminense.

18

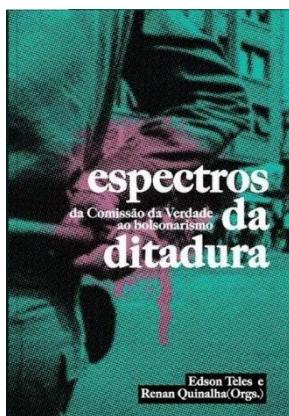


Operación Cóndor

Documentário dirigido por Andrea Bello e Emiliano Serra

Argentina, 2018.

Documentário produzido por Andrea Bello, ex-presa política da ditadura argentina, e Emiliano Serra, realiza um panorama sobre a Operação Condor, articulação repressiva internacional organizada pelas ditaduras latino-americanas na segunda metade da década de 1970.



RESENHA

Edson Teles e Renan Quinalha (Org.)
"Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo".
São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
483 p.

por Fernando Perlatto | UFJF



Os espectros da ditadura, a CNV e a democracia brasileira

O livro publicado este ano pela Editora FGV, *General Villas-Boas: conversa com o comandante*⁴, no qual o militar, além de relatar momentos de sua trajetória pessoal e profissional, aborda suas memórias sobre episódios importantes da crise política recente no Brasil corrobora uma percepção já compartilhada por muitos analistas, mas que, até então, ainda não havia sido formulada de modo tão explícito: a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, e sua efetiva instalação no ano posterior, pela então presidente Dilma Rousseff, foi fundamental para consolidar a insatisfação de diversos setores das Forças Armadas com o governo petista, criando um contexto favorável para o golpe parlamentar de 2016. O tuíte do general Villas-Boas ameaçando o STF na ocasião do julgamento do *habeas corpus* de Lula, em 2018, deve ser visto, portanto, como mais um movimento na escalada crescente de incômodos de militares em relação àqueles que, com a criação da CNV, constituíram a política de memória mais abrangente no país, desde a redemocratização. Nessa perspectiva interpretativa, antes de ser *mais um* elemento da crise política que o Brasil vem atravessando ao longo dos últimos anos, a CNV tem que ser compreendida como uma *variável central* neste processo, demandando, dessa forma, um esforço analítico para o devido entendimento de seus significados e, sobretudo, dos seus desdobramentos.

Ao longo dos últimos anos, diversos pesquisadores têm se dedicado a analisar, a partir de diferentes perspectivas, a CNV e seus impactos sobre a justiça de transição e a democracia no Brasil. A coletânea organizada por Edson Teles e Renan Quinalha, *Espectros da ditadura*.

19

⁴ *General Villas-Boas: conversa com o comandante*. / Celso Castro (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2021, 244p.

Da Comissão Nacional da Verdade ao bolsonarismo, lançada pela Autonomia Literária no final de 2020, vem se somar a essas agendas investigativas, constituindo-se como uma enorme contribuição para esse campo de pesquisas. Reconhecidos por seus trabalhos seminais sobre justiça de transição, os dois organizadores reúnem neste livro um conjunto amplo e plural de pesquisadores, intelectuais e militantes de direitos humanos – muitos dos quais, importa ressaltar, estiveram diretamente envolvidos nos trabalhos de comissões da verdade – para refletir sobre a CNV e seus impactos nas disputas relacionadas à justiça de transição no Brasil.

A coletânea está dividida em três partes. Na primeira delas, Edson Teles e Renan Quinalha, Desirée de Lemos Azevedo, Silvia Brandão e Eliana Vendramini discutem, em seus respectivos capítulos, sobre os alcances e os limites da justiça de transição no Brasil. Em artigos que adotam uma perspectiva de mais longa duração – que vai da redemocratização e da Lei da Anistia de 1979 até tempos mais atuais, chegando à eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018 –, os pesquisadores abordam temáticas como o papel do Estado e do Judiciário brasileiro na implementação ou na imposição de barreiras em relação ao avanço das políticas de memória, bem como a atuação de movimentos de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, em suas lutas por verdade, direito à memória e reparação.

A segunda parte – que conta com capítulos de Rosa Maria Cardoso da Cunha, Piero C. Leirner e Janaína de Almeida Teles – é voltada para inquirir criticamente os avanços e os limites da CNV, a partir da análise da atuação de diferentes sujeitos que participaram dos embates políticos em torno dos rumos da comissão, como as Forças Armadas e personagens vinculados aos três poderes, em especial o Legislativo. Além disso, busca, como no capítulo de Caio Cateb, Carla Osmo, Paulo Franco e Pedro Benetti, discutir os rumos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão da Anistia no primeiro ano do governo Bolsonaro. Já na terceira parte da coletânea, partindo da análise dos embates em torno da CNV, Lucas Pedretti, Amauri Mendes Pereira, Maria Amélia de Almeida Teles, James Green, Celeste Ciccarone e Danilo Paiva Ramos, e Yamila Goldfarb refletem em seus capítulos sobre questões ainda pouco abordadas em trabalhos dedicados à justiça de transição, relacionadas aos impactos da violência do Estado e de violações dos direitos humanos na ditadura e na democracia contra negros, mulheres, população LGBTQ+, povos indígenas e populações campesinas.

Um dos grandes méritos da coletânea é a busca pela conexão entre passado e presente, com o intuito de destacar as continuidades e as permanências de espectros da história que continuam a rondar a nossa democracia, impedindo o avanço das agendas de direitos humanos. Ao abordar de maneira mais fluída e menos convencional as temporalidades, embaralhando-as, os autores dos capítulos chamam a atenção para o quanto a ditadura de 1964 se articula com outros passados sensíveis do país – como o etnocídio de populações indígenas, a escravidão, a violência contra as mulheres e população LGBTQ+ –, que permanecem sem serem enfrentados atualmente, manifestando-se em práticas cotidianas de violações aos direitos humanos.

Apesar de valorizarem a importância das políticas de memória que foram desenvolvidas desde a redemocratização – em especial, a instalação da CNV, em 2012 –, os capítulos da coletânea destacam também seus limites, que adviriam tanto de concessões e negociações dos governos do PSDB e do PT com as Forças Armadas, quanto das resistências de setores conservadores da sociedade, que se colocaram, ao longo destes anos, como contrários a qualquer ação no sentido de encarar aberta e criticamente a experiência de 1964 e seus legados, acusando movimentos nesse sentido como “revanchismos”. As consequências do não enfrentamento desse passado – seja do ponto de vista jurídico, seja no que concerne ao desenvolvimento mais amplo de políticas de memória, inclusive contemplando setores cujas memórias desse período permaneceram silenciadas – acabaram por se concretizarem ao longo dos últimos anos, com o fortalecimento de grupos de extrema-direita, a disseminação de discursos negacionistas sobre o regime de 1964 e a eleição presidencial de um candidato que defende abertamente a ditadura e faz elogios a torturadores.

Ao conectar passado e presente, a coletânea *Espectros da ditadura* oferece uma contribuição valiosa para os dias atuais. Além de contribuir para uma compreensão mais ampla e multifacetada do passado ditatorial, da justiça de transição e das políticas de memória, o livro organizado por Edson Teles e Renan Quinalha ajuda a lançar novos olhares sobre os desafios da democracia no tempo presente e nos convoca a uma resistência intelectual e política aos dias difíceis que estamos atravessando.

FONTES DE PESQUISA

JUSTICIA TRANSICIONAL (COLÔMBIA)

Página institucional sobre mecanismos de justiça de transição mantida e atualizada pelo Ministério da Justiça da Colômbia. Na plataforma *online*, é possível encontrar desde informações gerais sobre o que é a justiça de transição em si, bem como dados estatísticos sobre aquelas pessoas que foram contempladas pelas diferentes medidas que, nos últimos anos, têm sido implementadas no contexto colombiano para lidar com o legado do conflito armado que marcou a histórica recente do país.

Disponível em: <https://sej.minjusticia.gov.co/JusticiaTransicional/Paginas/default.aspx>

22



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

INAUGURAÇÃO DO MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS

Em 11 de janeiro de 2010, foi inaugurado, em Santiago do Chile, o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (“Museu da Memória e dos Direitos Humanos”). Construído para dar visibilidade às violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura civil-militar chilena (1973-1990), o museu foi inaugurado pela presidente Michelle Bachelet, ela própria uma vítima do regime autoritário. Atualmente, o museu conta com um acervo composto por objetos, documentos e arquivos físicos e Online que servem como fonte de pesquisa sobre o período ditatorial no país.

23



Fonte: fotografia de Eduardo Frei Ruiz Tagle, disponível na Wikimedia.



UFPEL



APOIO

